

# Sarney recebe hoje o anteprojeto

por Volério Fobris  
de Brasília

O presidente José Sarney recebe hoje, em solenidade no Palácio do Planalto, os trabalhos da comissão de estudos constitucionais, por ele mesmo encomendados. Na verdade, o documento pode ser utilizado como fonte de subsídios para a oitava Constituição do País. O anteprojeto, como se convencionou chamá-lo, é uma brochura com 208 páginas que contém 436 artigos. Com capa preta e encadernado em espiral, o anteprojeto consumiu 105 dias de trabalho dos 50 membros da comissão.

Na reunião de encerramento da comissão, ontem em Brasília, o jurista Afonso Arinos de Melo Franco, que a presidiu desde julho do ano passado, quando foi criada, qualificou o anteprojeto como o terceiro grande passo para que o País chegue, a bom termo, à sua quarta Assembleia Nacional Constituinte. A 28 de junho de 1985, o presidente Sarney assinava a proposta de emenda cons-

titucional convocando a assembleia de 1987. No mês seguinte, instituiu a comissão Arinos.

A proposta da comissão não alcança o mais longo texto constitucional do País. O mais extenso foi o de 1948, com 218 artigos. A atual Constituição, de 1969, tem 217 artigos. Foi durante o Império que a assembleia convocada, em 1883, por D. Pedro I, redigiu a menor carta, com 90 artigos. No encontro de ontem, ouviram-se, no auditório da Universidade de Brasília (UnB), emocionados discursos dos conselheiros da comissão.

Ao concluir a leitura de seu relatório final, o secretário executivo da comissão, jornalista Mauro Santayana, quase chegou às lágrimas, pronunciando as palavras com voz embargada pela emoção. "Não nos dispersemos." A frase, pronunciada por Tancredo Neves durante a campanha pelas "Diretas-já", foi repetida inúmeras vezes.

O reitor da UnB, Cristovam Buarque, anunciou que será insti-

tuido naquela Universidade um grupo de acompanhamento das decisões emanadas da Assembleia Nacional Constituinte. E fez um apelo para que seu pares da comissão aderissem a essa nova tarefa.

O jurista Miguel Reale Júnior disse que o trabalho não representa uma "camisa-de-força" para os constituintes a serem eleitos em novembro. Ressalvou, todavia, que o anteprojeto é um balizador, um divisor de águas. "Se a Constituição ficar aquém do trabalho elaborado, estaremos retroagindo." A opinião unânime é de que, em relação ao atual texto, o anteprojeto configura uma prevalência do social sobre o capital. Ainda que essa óptica fosse exaltada por muitos dos conselheiros, como o paraense Clóvis Ferro Costa, segundo o qual a nova Constituição trata do segundo Brasil ("o país oculto, dos ofendidos e dos despossuídos"), interpeleções condenatórias a alguns capítulos do texto foram levantadas.

O empresário Sérgio Quintella, por exemplo, foi incisivo: "O texto repudia a acumulação de capital, independentemente da forma como foi obtido e do uso que dele é dado". O empresário fluminense reiterou sua discordância quanto ao capítulo da ordem econômica, acentuando que se estabeleceu como precondição um grau maior de estatização, preservando-se o estado como organismo tutelar e normativo das atividades econômicas.

O sociólogo Hélio Jaguaribe discordou ao argumentar que o texto é um caminho novo entre o liberalismo puro e o socialismo soviético.

Jaguaribe, no entanto, acabou confessando que foi voto vencido na instituição da duração da jornada de trabalho não superior a quarenta horas semanais. Ele acha que ninguém pode prever o coeficiente de crise que o futuro reserva. Ou seja, para Jaguaribe, o País ficará preso a uma limitação incontornável na sua estrutura de produção.